

A GEOGRAFIA NO BRASIL: Desafios e Perspectivas

BEATRIZ VILARINO DA SILVA

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

VILOMAR SANDES SAMPAIO - ORIENTADOR

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o contexto histórico da Geografia no Brasil, observando os avanços obtidos pela classe docente e os desafios enfrentados ao longo das últimas décadas, tendo em vista que durante muito tempo a Geografia não foi considerada algo relevante e que os conteúdos discutidos eram assuntos subjacentes às aulas de gramática, com temáticas diversas, como relatos de viagem, curiosidades, relatórios estatísticos sobre países, astronomia, dentre outros. Aliado a isso, as diversas problemáticas da educação no Brasil, como a pouca valorização dos professores e da escola pelo poder público, a evasão escolar, a existência de crianças não alfabetizadas na idade correta, além de docentes exaustos por trabalharem em turmas superlotadas ou por ministrarem disciplinas que não fazem parte da sua formação, são frutos de uma história colonial marcada pela exploração, violência e discriminação.

5008

Palavras-chave: Educação. Geografia.

Abstract

This article aims to analyze the historical context of Geography in Brazil, observing the advances made by the teaching class and the challenges faced over the last few decades, bearing in mind that for a long time Geography was not considered something relevant and that the contents discussed were subjects underlying grammar classes, with different themes, such as travel reports, curiosities, statistical reports about countries, astronomy, among others. Allied to this, the various problems of education in Brazil, such as the low appreciation of teachers and schools by the public authorities, school dropout rates, the existence of children who are not literate at the correct age, in addition to teachers who are exhausted by working in overcrowded classes or by Teaching subjects that are not part of their training are the result of a colonial history marked by exploitation, violence and discrimination.

Keywords: Education. Geography.

Introdução

Esse trabalho foi inspirado a partir da necessidade de entender como se encontra o ensino e a aprendizagem de Geografia no ensino fundamental. Inicialmente o objetivo é analisar o contexto histórico da Geografia no Brasil, os avanços obtidos pela classe docente e os desafios enfrentados. Vale frisar que o intuito dessa pesquisa não é culpabilizar professores ou depositar sobre eles toda responsabilidade, mas entender as metodologias e os conteúdos que são utilizadas no contexto escolar. É importante destacar que esse estudo está em desenvolvimento e a pesquisa de campo ainda está sendo desenvolvida.

A pesquisa está em curso, sendo utilizada fontes secundárias como a Base Comum Curricular (BNCC), a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), artigos, livros e revistas relacionadas ao ensino de Geografia que são resultados de discussões acadêmicas, frutos de pesquisas que contribuem com o leque de informações relacionadas ao campo educacional. Serão trabalhados autores como Helena C. Callai (1998, 2011) Lana de S. Cavalcanti (2010, 2012) Sonia Maria V Castelar (1999, 2003) dentre outros, a fim de lançar bases para a construção desse trabalho.

A metodologia aplicada será a de abordagem quanti-qualitativa, pois segundo (Castro Neto apud Flick, 2004), a utilização dos métodos quantitativos e qualitativos proporcionam mais credibilidade e legitimidade aos resultados encontrados, evitando o reducionismo à apenas uma opção e permitindo compreender toda a realidade investigada. Dessa maneira, a junção de duas abordagens pode possibilitar olhares diferentes, propiciando uma visualização ampla do problema investigado e melhorando a compreensão da realidade estudada.

Em meio a diversas problemáticas da educação no Brasil, como a pouca valorização dos professores e da escola pelo poder público, a evasão escolar, a existência de crianças não alfabetizadas na idade correta, ou seja, até os 8 anos, além de docentes exaustos por trabalharem em turmas muito cheia ou por ministrarem disciplinas que não fazem parte da sua formação, contribuem para a desmotivação e a execução das atividades pelos docentes de forma insatisfatória, como também a violência que afeta as instituições de ensino básico, um fator que gera medo nos alunos e aos trabalhadores da educação e resulta em uma série de preocupações.

A educação é um processo contínuo que está presente em todas as sociedades, ainda que possua suas particularidades. Para Basto e Souto (2016, p. 02) a educação não se restringe apenas aos muros da escola, ou seja, ela está presente em todos os lugares e grupos sociais, sejam familiares ou religiosos. Dayrell (1992, p. 07-08) salienta que a educação ocorre em diferentes espaços e situações sociais, num complexo de experiências e práticas que são determinadas pelo momento histórico da sociedade. Tendo em vista que essas questões mencionadas, faz-se necessários trabalhos que discuta as problemáticas da educação na atualidade e um ensino de Geografia crítico, capaz de possibilitar debates ligados ao meio social, cultural, político e econômico.

Contexto Histórico da Geografia no Brasil e os desafios educacionais

A história da colonização do Brasil foi marcada pela exploração, violência e discriminação, situação refletida até os dias atuais, inclusive na educação. Com a determinação de D. João III (rei de Portugal), chegou ao Brasil o Padre jesuíta Manoel de Nobrega, em 1549, acompanhando da ordem religiosa denominada Companhia de Jesus, fundada em 1534, por Inácio de Loyola (um militar espanhol que posteriormente tornou-se padre) (Camargos, 2018). O principal objetivo desse movimento era a divulgação do cristianismo contra a reforma protestante que estava ocorrendo na Inglaterra e tomando forças em vários países da Europa. Enquanto isso, no Brasil, os portugueses estavam construindo a cidade de Salvador, os jesuítas estavam arquitetando as primeiras escolas que visavam o ensinamento da religião católica, leitura, escrita, matemática e o canto.

Os primeiros registros da Geografia no currículo escolar surgiram também nesse momento. De acordo com Pezato (2018, p.241), “Nesse período, e antes da reforma do *Ratio Studiorum*, a aprendizagem de conhecimentos geográficos ocorria concomitante à aprendizagem da leitura”, ou seja, pode-se compreender que no início da educação brasileira, a Geografia não era considerada uma disciplina escolar, era vista somente na leitura, nos comentários de autores clássicos. Dessa forma, no período colonial a Geografia não era considerada algo relevante e os conteúdos discutidos eram assuntos subjacentes às aulas de gramática com temáticas diversas, como relatos de viagem, curiosidades, relatórios estatísticos sobre países, astronomia, dentre outros. Esses conteúdos eram ensinados sob a forma didática de memorização em extensas listas de nomenclatura (Carvalho, 2003.p 5).

Porém, as atuações dos jesuítas no Brasil não estavam mais agradando o Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo) ministro de Portugal, pois ele possuía ideários iluministas e acreditava que os jesuítas não seguiam os interesses do Estado, mas sim da fé católica, tendo em vista que as escolas jesuítas eram contra os castigos e a exploração dos indígenas que, quando escravizados, morriam de fome e doenças. Assim, em 1759, os jesuítas foram expulsos das terras brasileiras e esse Marquês também retirou a igreja católica do domínio da educação em Portugal, fechando ou, em alguns casos, até destruindo em ambos territórios, escolas, bibliotecas e conventos. “Pombal acusava a atuação dos jesuítas com os indígenas do Brasil”, pois, “os homens brancos eram apresentados aos índios como maus, prontos para atrocidades” (Conceição, 2020, p.4 Apud Costa, 2011, p. 75).

Portanto, após a expulsão dos jesuítas, a educação brasileira foi administrada pelo Estado e os substitutos foram preparados pelos jesuítas. Dessa forma, inicialmente era impossível haver uma total ruptura das ações pedagógicas, pois esse era o único modelo de ensino conhecido pela população colonial no período. Com as novas mudanças no ensino, os indígenas perderam total acesso a aprendizagem dos conteúdos europeus e as novas aulas ministradas eram pulverizadas, ocorrendo, muitas vezes, até mesmo nas casas dos professores. Uma das principais dificuldades enfrentadas pelo governo colonial era a carência de professores com formação e a sistematização da idade escolar dos alunos, como resultado, em comparação com o ensino jesuítico, houve um alcance menor do ensino após a reforma pombalina.

5011

Após a proclamação da independência da república do Brasil, no ano de 1822, buscou-se estruturar uma nova organização política e administrativa, entre as reformas, em 1827, D. Pedro I sancionou a primeira lei educacional do Brasil com um total de 17 artigos (Souza, 2017). Essas novas propostas definiam que deveria haver escolas de primeiras letras para todas as cidades, vilas e lugares com grande número populacional para ambos os sexos, de 7 a 14 anos de idade. Porém, determinava que meninos e meninas estudassem separados e tivessem currículos distintos, as meninas teriam um currículo menor, com aulas de atividades domésticas como corte, costura e bordado. O ensino de português e religião, contudo, era o mesmo para meninos e meninas, mas a unificação dos conteúdos escolares ocorreu apenas três décadas mais tarde, em 1854.

Nesse período, buscava-se realizar no país um aperfeiçoamento da sociedade e a escola era o meio ideal para o acesso à cultura, a ciência, a literatura, a homogeneização da língua brasileira e dos costumes, ou seja, era almejado a criação de uma identidade nacional que

correspondesse ao sentimento de pertencimento a uma cultura. Em relação a Geografia, ela apareceu como disciplina escolar pela primeira vez no Colégio Pedro II, construído em 1838, nesse momento, essa instituição era uma referência de educação básica no país e posteriormente a disciplina se tornaria obrigatória em todos os colégios (Junior, 2020, p. 184). Cabe destacar que as práticas de ensino eram trazidas de outros países, principalmente da França, assim, não existia um modelo de ensino próprio que atendesse as características do Brasil.

No início da trajetória da Geografia no contexto escolar, se utilizavam livros didáticos que não escritos por geógrafos e eram baseados em conteúdo como a enumeração e classificação de rios, montanhas, capitais, cidades, entre outros. Dessa maneira, a disciplina de Geografia se comportava quase como um catálogo de estudo dos elementos presentes no espaço geográfico, sem tecer discussões sobre os aspectos abordados, além de não estabelecer uma relação com a sociedade. Nesse período, a Geografia servia para construir um sentido patriótico e de nacionalismo, a elaboração de mapas por parte dos alunos, por exemplo, era fundamental para que se alimentasse um sentimento de “amor pela pátria”, descartando a ideia de uma construção histórica, mas de uma concepção naturalizada de Estado-Nação (VESENTINI, 1985 Apud Junior, 2020. p. 184).

O período Republicano no Brasil iniciou em 1889, após grandes pressões de grupos com fortes influências na sociedade, liderado principalmente por militares como Deodoro da Fonseca e civis (religiosos, profissionais liberais e comerciantes), que estavam descontentes com o império. Esse movimento foi muito influenciado por ideias do positivismo, uma corrente filosófica que promove a ideia de que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro, outra corrente que influenciou esse movimento foi liberalismo, que surgiu no século XVII como um conjunto de teorias políticas contra o antigo regime, ou seja, contra a monarquia absolutista e que defende uma maior liberdade econômica.

Nesse contexto, a desigualdade da educação entre os estados era alta, pois o investimento que cada um recebia era de acordo com o número de habitantes. De acordo com Melo (2012. p.42) “As escolas mais beneficiadas eram as que se encontravam na região Sudeste do Brasil, onde havia concentração de capital gerado pelas fazendas de café. ” Durante esse momento, o militar brasileiro Benjamin Constant (que era um educador positivista), propôs uma reforma que visava romper com a tradição humanística clássica, dando prioridade para os conhecimentos científicos, especialmente, a matemática, astronomia, física, química, biologia, sociologia e a moral, essa reforma defendia também o ensino gratuito e em séries.

Apenas no período republicano que houve mudanças no que se refere a aspectos teórico-metodológicos na Geografia escolar, como também a criação dos primeiros cursos de formação de professores de Geografia. Isso ocorreu devido aos embates entre professores defensores da Geografia tradicional e professores que buscava mudanças nas práticas e nos conteúdos ensinados. Um dos professores que se destacou nesse cenário foi Carlos Miguel Delgado de Carvalho, autor de importantes livros didáticos que impulsionaram a Geografia moderna para dentro do espaço escolar. As instituições que sediaram os primeiros cursos foram a Universidade de São Paulo e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, com cursos de Educação, Ciências e Letras, que abrigaram algumas disciplinas, dentre elas a de Geografia, porém sem autonomia. Segundo o Parâmetro Curricular Nacional:

Essa Geografia era marcada pelo positivismo que sustentava metodologicamente quase todas as chamadas ciências humanas que se consolidaram nessa época nas faculdades brasileiras. Com fortes tendências de estudos regionais, os estudos geográficos pautavam-se pela busca de explicações objetivas e quantitativas da realidade, fundamentos da escola francesa de então [...] (1998, p. 19).

É importante salientar que, de acordo com Junior (2020, p. 185) “Delgado de Carvalho defendia que a Geografia deveria se aproximar da realidade do educando. Nesse sentido, os assuntos voltados ao Brasil deveriam ser priorizados.” Dessa forma, Delgado de Carvalho acreditava que essa nova prática contribuiria com a aprendizagem dos estudantes, principalmente utilizando da metodologia comparativa, um método que consistia basicamente em descrever a realidade estudada de forma objetiva, empiricamente comprovada, ou seja, com experiências vividas e racionalmente exata, de maneira a impossibilitar a existência de dúvidas. Mas, essas ideias inovadoras foram alvos de críticas por alguns professores, apesar das tentativas de evolução e avanço em relação ao ensino de Geografia, era nítido que essa ciência se encontrava fragmentada.

Durante o governo de Getúlio Vargas, a educação do país obteve alguns avanços, principalmente pela criação da 5ª constituição brasileira, que era baseada em ideias liberais e democráticas. Essa constituição defendia a educação como direito de todos, condição expressa no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que foi um movimento que propôs mudanças no sistema de ensino, colocando o aluno no centro do processo de construção do conhecimento e estabelecendo a obrigatoriedade do ensino primário.

Segundo Nonato e Silva (2021, p. 83) a década de 1930 representou um período de transição econômica, devido à crise da economia agroexportadora do café, intensificada com a

queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque, além de embates de segmentos da sociedade que se encontravam insatisfeitos com o cenário político da época. A Era Vargas representou o início da efetivação dos processos de industrialização e urbanização do país, a construção de uma identidade nacional, o incentivo à pesquisa acadêmica para as realidades nacionais e também a defesa do patriotismo e da soberania brasileira.

Após um processo que foi longo e bastante lento, a Geografia conseguiu se desvincular do curso de letras, mas se manteve atrelada ao curso de História e era uma ciência considerada menos interessante para se escolher no final da graduação. Segundo Santos (2018, p.8), as mudanças no cenário nacional da década de 1930 repercutiram diretamente no sistema educacional do país, permitindo a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, a Constituição Federal de 1934, a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), o Conselho Nacional de Geografia (CNG) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E assim, em 1936 tem-se a formação dos primeiros professores licenciados em Geografia para atuar no ensino básico, mas ainda vinculado ao curso de História.

Após os militares assumirem o poder em 1964, houve a tentativa de resolver uma série de problemas, como a diminuição dos valores dos cofres públicos e a diminuição do número de professores. Além disso, nesse período houve uma transformação do curso de Geografia pelos Estudos sociais, o ensino básico no período da ditadura militar correspondia ao 1º e 2º grau e os Estudos sociais foi introduzido nas instituições gerando um verdadeiro empobrecimento nos conteúdos de Geografia, contribuindo para que essa ciência perdesse sua essência e especificidade. De acordo com Melo (2011, p. 75) “A partir de 1964, a educação reduziu-se à prática de transmissão de conhecimentos pelos professores, desprovida de discussão política.”

Nesse sentido, a educação passou a apresentar características pragmáticas, ou seja, considerava que o ser humano deveria ser prático em suas ações, não só pensante. Para atender a necessidade do mercado de trabalho com profissionais capacitados, foi preciso ampliar o ensino tecnicista, no qual o aluno é receptor do conteúdo, objetivando apenas a formação profissional em um período de tempo curto. A Geografia também passou por modificações, tornando-se Estudos Sociais, pois, os militares consideravam que essa disciplina deveria ser destinada ao estudo de estratégias, táticas e guerrilhas, e foi pensada dentro de uma base cartográfica que somente os militares detinham o conhecimento.

Porém, o mesmo ano da instalação dos militares no Brasil, 1964, foi um período repleto de grandes lutas dos professores e estudantes que viam no ensino e na docência uma forma de

mudar a educação do país. No ano de 1978 ocorreu, em Fortaleza, o III Encontro Nacional de Geógrafos, momento em que teve uma maior discussão acerca de novos pensamentos em relação a Geografia. Dessa forma, esse evento foi marcado por novas vertente dos estudos geográficos, voltadas para os ideários marxistas sob as influências de Milton Santos, um dos grandes símbolos relacionados a essa vertente geográfica. De acordo com Nonato (2021, p. 86) “após o fim da ditadura militar, as décadas de 1980 e 1990 foram marcados pela redemocratização do Estado, abertura política e reorganização da sociedade”.

Após o fim da ditadura militar, houve a criação da constituição de 1988 que, segundo (Santos, 1999, p. 31) “busca cuidar da educação e ensino de maneira especial com referência aos direitos, aos deveres, aos fins e aos princípios norteadores”. Dentre as principais mudanças no âmbito educacional, Aranha (1996, p.223) destaca a gratuidade do ensino público em instituições oficiais. O ensino fundamental, por exemplo, passou a ser obrigatório e gratuito, assim como o atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos. Além dessas mudanças, houve uma política de valorização dos profissionais de ensino, com planos de carreira para o magistério público.

Em 2018 houve a organização do Novo Ensino Médio, com mais flexibilidade, foi estabelecido um aumento no tempo mínimo de permanência do estudante na escola, que passou de 800 para 1000 horas anuais. A reestruturação do currículo do Ensino Médio prevê que as competências e habilidades da BNCC constituam a formação geral básica, que deve ser articulada aos itinerários formativos juntamente as disciplinas obrigatórias. O novo modelo de educação do ensino médio leva em conta o projeto de vida de cada aluno e faz o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC). A Geografia no Novo Ensino Médio perdeu importância e os conteúdos foram integrados na Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, reduzindo também a carga horária. De acordo com Anastácio e Silva:

A Geografia, enquanto ciência, possui uma estrutura conceitual própria e conceitos compartilhados com outras ciências. Quando esses conhecimentos científicos são organizados com o objetivo do ensino-aprendizagem na educação básica, ele vai compor a Geografia Escolar. Os conceitos geográficos são de fundamental importância no ensino da Geografia, contribuindo significativamente com a compreensão da espacialidade, associando os saberes científicos e os cotidianos, e, dessa forma, juntamente com a mediação realizada pelo professor, auxiliar na compreensão do mundo, dimensão espacial e temporal. Isso evidencia a importância e relevância da Geografia no currículo escolar (Anastácio e Silva, 2022. p. 24).

Assim, Farias (2017, p. 137) afirma que o novo Ensino Médio abriga os princípios de uma educação voltada para a preparação de pessoas para o mercado de trabalho e a retirada da

obrigatoriedade da Geografia ou a sua diluição em outras disciplinas, especificamente nessa etapa escolar, deixa claro que o objetivo desse projeto é modificar a formação básica, retirando o pensamento crítico. No novo documento da BNCC, a Geografia escolar é tratada com superficialidade, deixando de abordar conceitos fundamentais. Junior et al (2023, p.1404) argumenta que essa diminuição dos conteúdos de Geografia não possibilita o desenvolvimento do pensamento espacial e crítico sobre a realidade do cotidiano do/a estudante. Dessa forma, em meio a tantas tensões políticas/sociais, é preciso mais do que nunca dar visibilidade ao papel da Geografia como ciência, pois ela possibilita a leitura e a análise espacial do mundo.

É válido destacar que, nas últimas décadas, houve um crescimento no debate acerca do trabalho docente e, de acordo Almeida (2020), isso ocorreu pois começaram a pensar sobre a função do professor na sociedade, atribuindo novos princípios para sua formação, que está intrinsecamente ligada à sua prática. É importante mencionar que países europeus como França, Espanha e Portugal criaram normas direcionadas à formação e profissionalização de professores, com o objetivo de suprir as demandas de mundialização da economia, inclusive no Brasil, transformaram as práticas educacionais, “desde a docência até a gestão educacional, fazendo-se necessário profissionais com novos saberes para responderem às novas demandas ” (Almeida, 2020, p.16).

5016

Isso ocorre, pois há muito tempo, as relações sociais e o planeta não são mais os mesmos, a cada minuto há um conjunto de transformações criando novas estruturas e dinâmicas. Devido a essas questões, os conteúdos trabalhando nas escolas precisam também acompanhar essas mudanças, principalmente de Geografia. Thiesen (2011) salienta que há um redesenho das relações geopolíticas nos espaços mundial, regional e local, como também nas expectativas da população que demanda a implementação de políticas educacionais e, ademais a necessidade de um redesenho na organização dos tempos e dos espaços da escola.

A Geografia no ensino fundamente é relevante, pois permite que o aluno, ainda criança, compreenda que as paisagens observadas são resultados da vida em sociedade, ou seja, que eles sejam capazes de ler e entender o espaço, porém, para isso, é necessário que haja condições adequadas para que ocorra uma alfabetização cartográfica, em que o estudante saiba observar, descrever e analisar o mundo em que vive. Contudo, a existência de conteúdos fragmentados e questões desconectas, dificulta esse processo de ensino e aprendizagem, mas vale destacar que essas questões não dependem exclusivamente apenas dos professores, sobre essas questões mencionadas, Callai (2005) destaca que:

Uma forma de fazer a leitura do mundo é por meio da leitura do espaço, o qual traz em si todas as marcas da vida dos homens. Desse modo, ler o mundo vai muito além da leitura cartográfica, cujas representações refletem as realidades territoriais, por vezes distorcidas por conta das projeções cartográficas adotadas. Fazer a leitura do mundo não é fazer uma leitura apenas do mapa, ou pelo mapa, embora ele seja muito importante. É fazer a leitura do mundo da vida, construído cotidianamente e que expressa tanto as nossas utopias, como os limites que nos são postos, sejam eles do âmbito da natureza, sejam do âmbito da sociedade (culturais, políticos e econômicos) (Callai, 2005, p. 228).

De acordo com Delgado e Silva (2018, p 40) “O processo de ensino e aprendizagem é definido como um sistema de trocas de informações entre docentes e alunos, que deve ser pautado na objetividade daquilo que há necessidade que o aluno aprenda. ” Dessa maneira, o principal objetivo do ensino e aprendizagem é a formação do aluno, e isso pode ocorrer de formas diferentes para cada um, sabendo disso, a clareza dos conteúdos e metodologias é essencial para que os professores possam aplicar os seus saberes e contextualizar com os dos alunos, conseguindo, dessa forma, aplicar exemplos relacionado com questões do cotidiano e facilitar a compreensão de conceitos.

Para Vygotsky (1998 apud Delgado e Silva, 2018) a aprendizagem acontece por meio do processo e o produto. Se tratando do processo, é aquilo que o aluno já sabe, e o produto é a junção dos conteúdos ensinados pelo professor e o que o aluno já conhece que se transformam em novos conceitos. É necessário destacar que o ensino não pode ser realizado com práticas padronizadas, porque o professor não é o único que possui conhecimentos, ele deve ser um mediador do saber e, mesmo frente as dificuldades, é necessário se reinventar e se adaptar as inúmeras mudanças tecnológicas que surgem todos os dias. Os autores Delgado e Silva vai dizer que:

Nos dias atuais, é necessário que ensinemos de forma a causar um impacto na vida do aluno, que o desperte para mudar a sua realidade tanto no modo de vida social quanto epistemológica. O professor precisa inovar no ato de ensinar, claro que são envolvidos muitos aspectos durante o processo, mas se enquanto professor a prática não é modificada, tampouco a sociedade será. Sendo assim, é necessário refletir, repensar a forma como a educação vem sendo desenvolvida no âmbito das escolas do Brasil (Delgado e Silva, 2018. p. 50).

Libano (2004, p. 5) destaca que “ as crianças e jovens vão à escola para aprender cultura e internalizar os meios cognitivos de compreender e transformar o mundo”. Contudo, alguns aspectos do cotidiano dos docentes podem dificultar a execução do seu trabalho, como o aumento das responsabilidades, sentimento de culpa, baixa autoestima e desvalorização docente, insegurança no ambiente escolar, alterações constantemente dos conteúdos, mudanças

na relação professor-aluno, desvalorização econômica, são desafios presentes no dia-a-dia do professor contemporâneo.

Se tratando do campo educacional do Brasil, é importante mencionar que sofreu uma grande mudança e precarização do trabalho docente a partir da década de 1990, isso ocorreu segundo Cardoso (2019) devido ao fato de ser nesse mesmo momento inseridas no sistema político/educacional os aspectos da ideologia neoliberal¹, marcando assim profundamente a realidade do trabalho docente, pois representa o princípio de drásticas mudanças nesta profissão, uma vez que, para atender os aspectos do sistema neoliberal, a profissão docente passou a ter outra aparência, causando, dessa forma, a perda do sentido do trabalho para toda categoria, intensificando seu processo de precarização. Dessa maneira, Gentili afirma que:

O neoliberalismo ataca a escola pública a partir de uma série de estratégias privatizantes, mediante a aplicação de uma política de descentralização autoritária e, ao mesmo tempo, mediante uma política de reforma cultural que pretende apagar do horizonte ideológico de nossas sociedades a possibilidade mesma de uma educação democrática, pública e de qualidade para as massas. Uma política de reforma cultural que, em suma, pretende negar e dissolver a existência mesma do direito à educação. (1996, p. 244)

Para Cardoso (2019, p.19) as novas determinações impostas pela vertente neoliberal, propagada por todo o país a partir da década de 1990, fez com que os professores passassem a acumular diversas funções administrativas, organizacionais e relacionais, tornando-se assim a união entre comunidade e escola. É evidente que as condições do trabalho docente é um dos motivos que mais causa insatisfação profissional, causando, nesses professores, desmotivação “frente à precariedade das estruturas físicas das escolas, falta de recursos materiais, quantidade exagerada de alunos por classe, os baixos salários, a carga excessiva de trabalho, unidades escolares em locais de difícil acesso, dentre outros infortúnios (BRASIL, 2007, Apud Cardoso p.20).

Almeida (2020, p.129) ressalta a necessidade dos sistemas de ensino garantir condições dignas de trabalho para o profissional da educação, cabendo assim às políticas educacionais municipais, assegurar sua coerência com a legislação nacional em vigor, como também promover uma realidade que abarca condições objetivas e subjetivas esperadas para o pleno exercício da condição profissional do professor, que converge com o seu crescimento e

¹ É uma doutrina econômica que surgiu na segunda metade do século XX e defende a mínima intervenção do Estado na economia.

permanência na carreira, gerando assim a valorização profissional dos docentes. Assim, é evidenciado pela autora que as condições do trabalho influenciam na formação, valorização, remuneração e saúde e são influenciadas por ela. Então, entende-se que se torna extremamente necessário criar políticas públicas e modos de sua efetivação para que o professor tenha melhores condições concretas de trabalho.

Conclusão

É evidente que a Geografia no Brasil passou por diversos períodos, na qual, inicialmente não era vista como disciplina escolar, mas apenas conteúdos subjacentes ligados a outras áreas, como relatos de viagem, curiosidades, relatórios estatísticos sobre países, astronomia, dentre outros. Durante muitos anos, a educação no país foi posta em segundo plano, principalmente para a classe trabalhadora, existindo assim, um ensino dualista que privilegia aqueles que detêm o poder econômico, pois, possui meios para os estudos e sem necessidade de interromper os estudos para trabalhar.

É válido destacar que a Geografia só teve de fato autonomia como disciplina após o fim da ditadura militar nos anos 1980 e 1990, momento marcado pela redemocratização do Estado, abertura política e reorganização da sociedade, passando a existir uma Geografia crítica que buscava discutir temas relacionados a reforma agrária, distribuição social da renda e subdesenvolvimento. Cabe mencionar que a Geografia escolar ainda vem passando por modificações, principalmente devido ao Novo Ensino Médio implantada em 2018, em que a carga horaria foi reduzida para a inserção aos itinerários formativos.

Em meio a esse cenário de constante mudanças de conteúdos e metodologias, os professores podem se sentir inseguros. É necessário pensar novas práticas para despertar o interesse dos alunos pelas aulas, tendo em vista que alguns estudantes consideram a Geografia como uma disciplina monótona. Para despertar o interesse dos alunos, os docentes podem usar o cotidiano da sala de aula e o seu dia a dia, uma vez que o espaço no qual estão inseridos, permite perceber diversas questões, pois o processo de ensino e aprendizagem é definido como um sistema de trocas de informações entre docentes e alunos.

Portanto, o ensino e a aprendizagem não depende apenas da vontade do professor ensinar, mas sim, de um conjunto de ações, o sistema educacional deve garantir condições dignas de trabalho para o profissional da educação, cabendo assim às políticas educacionais

municipais, assegurar sua coerência com a legislação nacional em vigor, como também promover uma realidade que abarca condições objetivas e subjetivas esperadas para o pleno exercício da condição profissional do professor e que convirja com o seu crescimento e permanência na carreira, gerando assim a valorização profissional dos docentes.

Referências

ALMEIDA, Wilson Ricardo Antoniassi de. **A Educação Jesuítica no Brasil e o seu legado para a Educação da atualidade.** Revista grifos - n. 36/37 – 2014. p. 117- 126.

CAMARGOS, Ailton. **Educação no Brasil: da colônia ao início da república.** Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098. Centro de Ensino Superior de São Gotardo. Número XVII Jan-jun, 2018. p. 129-139.

CARVALHO, Naiemer Ribeiro de. **A Geografia escolar no Brasil: percurso histórico da colonização à primeira República.**

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de Geografia na escola.** Campinas, SP: Papirus, 2012. p. 45-47.

CONCEIÇÃO, José Luis Monteiro da. **Jesuítas na educação brasileira: dos objetivos e métodos até a sua expulsão.** Revista Educação Pública, 07 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/12/contexto-historico-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 15/10/2023.

5020

GOUVEIA, P. S.; UGEDA JÚNIOR, J. C. **O ensino de Geografia no Brasil e os métodos tradicional e histórico cultural.** Formação (Online), v. 28, n. 53, p. 855-883, 2021.

JUNIOR, Jardel da Silva Oliveira. **Um panorâma sobre a trajetória da Geografia enquanto ciência e disciplina escolar.** Caminhos de Geografia, Uberlândia-MG v. 21, n. 74 Abr/2020 p. 178–193.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. **História da Educação no Brasil.** - 2 ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012. 95p.

SANTOS, Neimara Costa De Lima. **A trajetória do ensino de Geografia no brasil.** Anais CONADIS... Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/50491>>. Acesso em: 16/11/2023

SOUZA, José Clécio Silva de; SANTOS, Mathéus Conceição. **Contexto Histórico da Educação Brasileira.** Revista Educação Pública, v. 19, nº 12, p. 25 de Junho de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/12/contexto-historico-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 15/10/2023

SOUZA, de Everton Aparecido Moreira. **História da Educação no Brasil: o elitismo e a exclusão no ensino.** Cadernos da Pedagogia. São Carlos, Ano 12 v. 12 n. 23 jul/dez 2018

PEZZATO. **Geografia escolar no brasil: uma Trajetória com mudanças culturais e a Permanência do discurso em prol da Cidadania.** Estudos Geográficos, Rio Claro, 16(1): 241-267, jan./jun. 2018 (ISSN 1678—698X) Disponível em:
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>. Acesso em: 16/2/11/23

Autor 1:



Beatriz Vilarino da Silva
Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.
Email: beatrizvilarino17@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2755465476936852>
Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-0377-3390>

Autor 2:



Vilomar Sandes Sampaio - Orientador
Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Professor
Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Email: vilomar@uesb.edu.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6383780323518506>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2897-2197>

5021